

Alguma coisa está fora da ordem: crise capitalista e movimentos sociais / *Something is against the global order: capitalist crisis and social movements*

ANA TARGINA RODRIGUES FERRAZ¹

CÉLIA BARBOSA SILVA PEREIRA²

Resumo: No interior da pesquisa “A reconfiguração dos movimentos sociais no século XXI: ativismo virtual, coletivos e fóruns” desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (Nemps) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo analisamos, a partir da literatura produzida sobre as manifestações massivas ocorridas em todo o mundo no contexto da crise capitalista de 2008, as formas de manifestação, comunicação e organização dos movimentos sociais que se constituíram nas primeiras décadas do século XXI. Nosso principal objetivo foi identificar nestes movimentos as principais inovações e os traços de continuidade em relação a movimentos sociais que datam de períodos anteriores, para compreender em que medida as manifestações e movimentos surgidos na esteira da crise, rompem com as formas mais institucionalizadas de movimentos sociais e colocam em xeque os modelos centralizados, burocratizados e hierarquizados dessas organizações.

Palavras-chave: movimentos sociais; participação; democracia.

Abstract: Within the study “Reconfiguration of social moments in the 21st century: virtual activism, collectivism and forums” carried out by the Center of Studies on Social Movements and Practice (Nemps) at the Department of Social Work at the Federal University

-
- 1 Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Ufes e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Trabalha com temas: Movimentos Sociais, Democracia e Políticas Sociais.
 - 2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes. Bolsista da Fapes.

of Espírito Santo (Ufes), Brazil and based on the literature produced on massive manifestations taking place all over the world in the setting of the 2008 capitalist global crisis, we analyzed the forms of protest, communication and organization of social movements that were constituted in the first decades of the 21st century. Our main goal was to identify in these movements the major innovations and traces of continuity regarding prior social movements so as to understand to what extent the manifestations and movements arising from the crisis break through the most institutionalized forms of social movement and question the centralized, bureaucratic and hierarchical models of these organizations.

Keywords: social movements; participation; democracy.

Autores de diferentes correntes analíticas identificam elementos comuns aos protestos massivos que ocorreram na Tunísia, Islândia, Egito, Espanha, Portugal, Grécia, Chile, EUA, Brasil dentre outros países, de 2009 a 2013.³ Referem-se ao caráter espontâneo na origem das manifestações, à recusa de espaços políticos e formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos), ao perfil jovem dos manifestantes, à ausência de lideranças, à pluralidade de bandeiras de lutas, à ocupação de espaços públicos, ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014a; CARNEIRO, 2012).

De acordo com Gohn (2014b), mudanças substantivas na realidade, após a grande crise capitalista de 2008, foram acompanhadas da emergência de novos atores sociais e de novas formas de ação coletiva, exigindo dos estudiosos a criação de novas categorias de análise e ampliação de teorias. Para a autora, as análises sobre os movimentos sociais atuais devem considerar pelo menos quatro aspectos: a processualidade histórica dos atuais movimentos sociais, uma vez que, em larga medida, estes movimentos inovam, mas

3 Esta periodização baseou-se nas análises de Gohn (2014) e Castells (2013). Segundo estes autores, mudanças essenciais no formato dos movimentos sociais aconteceram neste contexto.

também carregam elementos dos movimentos sociais de períodos anteriores; a ampliação dos protagonistas e alteração nas formas de comunicação, de mobilização e de atuação; a mudança na relação do Estado com a sociedade civil sob o neoliberalismo; as lacunas históricas do debate sobre os movimentos sociais relativas à conceitualização, diferenças em relação a outras ações coletivas e outras organizações sociais, a institucionalização.

Nesta direção, diferentes autores têm se debruçado sobre as manifestações populares massivas pós-crise de 2008 em todo o mundo, procurando identificar os elementos comuns a todas as manifestações, as inovações apresentadas, os elementos de continuidade e também compreender teoricamente esses processos.

A partir do que alguns autores avaliam como elementos comuns a essas manifestações, trabalharemos o que há de efetivamente inovador nesses processos e que pode significar ou não uma nova direção e uma nova forma de organização dos trabalhadores no contexto de agravamento da crise estrutural do capitalismo desde os anos 1970.

Origem dos movimentos sociais

A eclosão de “novos movimentos políticos”⁴ ou “novíssimos movimentos sociais”⁵ trouxeram à tona embates similares e simultâneos contra a crise do sistema capitalista, crise cujos efeitos tornaram-se mais intensos a partir de 2008, quando é possível observar, em proporções globais, um aumento da pobreza (inclusive da fome) e do desemprego, sobretudo entre os jovens, decorrentes das políticas de austeridade realizadas pelos diferentes governos em nome da dominância financeira.⁶ (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014a; HARVEY et al., 2012).

4 Expressão usada por Carneiro (2012, p. 14) para se referir aos movimentos sociais de massa que surgiram em diferentes países (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Espanha, Portugal, Grécia, Chile, EUA, Rússia) nos últimos anos. Alves (2012, p. 35) chama de “novos movimentos sociais” reportando-se aos mesmos protestos.

5 Expressão usada por GOHN (2014, p. 22) também para referir-se aos eventos massivos globais da atualidade.

6 Segundo Castells (2013), na Tunísia, no período das manifestações, a taxa de desemprego era de 13,1%, ao passo que entre os jovens esse percentual era de 21,1% (idem, p. 31). Na Islândia, a crise financeira acarretou uma queda sig-

Apesar dos efeitos da crise capitalista serem apontados pelos autores como causa mais evidente das manifestações, as análises divergem quanto ao seu conteúdo e à natureza das lutas.

Para Castells (2013), o sentimento de humilhação suscitado pelo desemprego e pelo empobrecimento provocados pelas medidas de austeridade aplicadas pelos detentores do poder financeiro e político-cultural, foi o motor das rebeliões globais. Tratava-se de uma indignação geral em face do gerenciamento da crise, que penalizava os mais pobres, e ao vazio institucional e de alternativas, pela incapacidade das instituições políticas tradicionais como parlamento, partidos e sindicatos de responderem às necessidades de pobres e desempregados neste contexto.

Ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjuminância de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas, e no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas. (CASTELLS, 2013, p. 161).

nificativa do PIB do país, de 6,8% em 2009 para 3,4% em 2010 (idem, p. 39). No Egito, a maioria dos trabalhadores desenvolvem atividades laborais no setor informal e pelo menos 40% da população é pobre (idem, p. 62). Nos países árabes onde ocorreram os levantes populares, a liberalização e a subordinação econômica levaram a altas no preço de gêneros alimentícios nestes países, impedindo o consumo de boa parte da população (idem, p. 79). Na Espanha, o desemprego em 2011 era de 22%, entre os jovens este número era ainda mais expressivo, 47% (idem, p. 90). Nos Estados Unidos, 1% da população passou a deter 23,5% da renda. Apesar da produtividade ter crescido em quase 30%, no período entre 1998 a 2008, os salários reais tiveram um aumento ínfimo de apenas 2% no mesmo período. Em contrapartida, o setor financeiro, que emprega apenas 5% da força de trabalho total, apresentou um incremento no lucro de 40% em 2007, decorrente da apropriação dos ganhos do setor produtivo. Ao fim, 1% entre os mais ricos deteve 58% do crescimento econômico no período, tendo um aumento na renda de 42%.

Embora reconheça a relevância da degradação das condições materiais de vida para a constituição dos movimentos sociais, Castells (2013) considera que estes surgem, primariamente, a partir de mudanças nos valores pessoais.

Segundo Castells (2013), os movimentos sociais são compostos por pessoas que decidem primeiro individualmente e depois, a partir do agir comunicativo, coletivamente, transformam emoções comuns (indignação, raiva, desejos) em ações coletivas conscientes. Portanto, os movimentos sociais surgem do compartilhamento de emoções individuais que induzem à ação e à mudança coletiva nas regras de organização social.

Para o autor, a comunicação autônoma, ou seja, estratégias de comunicação e compartilhamento de emoções e ideias que escapem dos mecanismos de controle do Estado e dos detentores de poder (econômico e político), é condição para a constituição dos movimentos sociais, pois “a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas”. (CASTELLS, 2013, p. 15).

Mudanças no ambiente comunicacional, como as produzidas pelo aparecimento da internet, afetam os processos de produção de significados e as relações de poder. Neste sentido, a possibilidade da comunicação em ampla escala de indivíduos e grupos proporcionada pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), fomentou a rápida disseminação da indignação e da raiva que produziu e alimentou as manifestações de massa pós-crise de 2008 nos países árabes, na Europa e nos Estados Unidos.

Para Castells (2013), as TICs introduziram uma tendência movimentalista: os movimentos sociais em rede, formatando suas origens, organização, articulação, comunicação e mobilização. O ambiente virtual formado por redes sociais da internet, serviços de telefonia móvel, canais de vídeos entre outros, propiciou o surgimento dos movimentos sociais globais atuais, em um contexto marcado pelo desprezo a partidos políticos, desconfiança da grande mídia, não reconhecimento de lideranças e rejeição a uma organização formal.

Segundo Castells (2013), as ideias, as ideologias e propostas programáticas, apesar de indispensáveis para transformar emoções

individuais em coletivas e, posteriormente, em ações, deliberações e projetos, devem ser construídas pelos próprios movimentos, garantindo a autonomia dos mesmos. O direcionamento dado por líderes internos ou por agentes externos pode ser danoso aos movimentos sociais ao introduzir projetos formulados em prol ou em nome do movimento, muitas vezes sem a participação dos indivíduos que dele fazem parte. (CASTELLS, 2013).

Com uma análise próxima às teorizações de Castells, Gohn (2014a) defende a hipótese de que haveria no contexto mundial contemporâneo uma nova forma de associativismo civil que se distinguiria tanto dos movimentos ocorridos nos finais de 1960 quanto dos movimentos dos anos de 1990-2000.

As manifestações atuais são diferentes das dos anos de 1990, mas são, ao mesmo tempo, resultado de conjunturas econômicas e políticas que foram estruturadas naquela década com a globalização que produziu uma geração ampliada de excluídos. Aos excluídos pela pobreza, agregaram-se os excluídos pelas novas regras da divisão internacional do trabalho, no acesso ao emprego no mercado de trabalho especialmente aos jovens, limitando-lhes também ao acesso ao mundo do consumo, consumo este que foi negado nas manifestações de seus pais na década de 1960, mas que foi o grande fator de integração social dessa geração de pais na década de 1990. (GOHN, 2014a, p. 19).⁷

Para a autora, uma das principais características dos movimentos altermundialistas, próprios dos anos 2000, era o questionamento das formas tradicionais tanto das políticas governamentais quanto das ações coletivas por meio de partidos e sindicatos, evidenciando a necessidade de novas formas de ação, cujo Fórum Social Mundial (2005) tornou-se o principal exemplo. Mas, enquanto os movimentos

7 Discordamos do uso do termo exclusão pela autora, mas vamos respeitar sua colocação. Compreendemos que as pessoas que não estão diretamente alocadas no processo produtivo cumprem um papel fundamental no sistema, garantindo a reprodução de relações de trabalho precarizadas, por exemplo, ao contribuir para o rebaixamento ou a estagnação dos salários, para o aumento da carga horária de trabalho com baixa remuneração e para efetivação de cortes de benefícios. Neste sentido, estão inseridas no processo de reprodução ampliada do capital e o termo "exclusão" torna-se inapropriado.

altermundialistas se contrapunham aos partidos políticos e sindicatos de esquerda por discordarem de seus rumos e ações, os movimentos sociais atuais se caracterizariam por negarem não apenas estas formas de luta, mas qualquer luta política institucionalizada e, neste sentido, manifestariam uma crítica às próprias experiências dos movimentos altermundialistas.

Considerando o referencial marxista insuficiente para explicar os movimentos sociais atuais, Gohn (2014a) adota a categoria *indignação* formulada por Castells (2013) para explicar a origem desses movimentos. Para a autora, assim como os movimentos altermundialistas que enfrentavam a globalização e o neoliberalismo não eram, necessariamente, críticos do sistema capitalista, os movimentos sociais atuais apesar de resgatarem os temas da desigualdade, justiça e descolonização e criticarem os efeitos do processo de financeirização da economia mundial, expressariam bem mais “a indignação diante do cenário de corrupção, falta de ética, mau uso do dinheiro público e falta de vontade política dos dirigentes” (GOHN, 2014a, p. 20) do que uma posição anticapitalista.

Para Gohn, uma leitura marxista desses movimentos a partir da categoria luta de classes, sobretudo, tenderia a ser equivocada, pois os atuais movimentos sociais se inspirariam bem mais nos ideais anarquistas, reforçando a sua conceituação dos movimentos sociais.

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses comuns. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. (GOHN, 2006, p. 251).

Considerando a categoria identidade de classe insuficiente para compreender os eventos movimentalísticos dos finais dos anos de

1960,⁸ Gohn (2014a; 2014b) considera a categoria identidade coletiva, situada em outro aporte teórico,⁹ mais apropriada para explicar a origem dos movimentos sociais.

Os “novos movimentos sociais” seriam assim denominados por apresentarem questões consideradas alheias aos conflitos capital-trabalho (gênero, etnia, orientação sexual, meio ambiente) e, portanto, distantes da identidade de classe, elemento central nas análises marxistas acerca do movimento operário e do partido político, considerados como expressões da luta de classes.

Ao usar a expressão “novíssimos movimentos sociais” para abordar as manifestações e movimentos contemporâneos, a autora o faz tanto para demonstrar que se trata de um associativismo diferente dos chamados “novos movimentos sociais” dos anos 1960, quanto para resgatar elementos da estrutura econômica, como o desemprego estrutural, os baixos salários e a redução das políticas sociais estatais, como elementos importantes para sua configuração. Para Gohn “[...] o protesto vem readquirindo caráter de manifestação de classe socioeconômica à medida que os “ricos” passam a ser alvos dos que demandam direitos e denunciam formas de exclusão”. (GOHN, 2014a, p. 68).

Segundo Gohn, as mobilizações globais atuais são motivadas por uma pluralidade de demandas, têm no horizonte a questão democrática e são influenciadas por uma visão anarquista da luta política, desafiando a capacidade analítica dos conceitos luta de classes e identidade de classe da teoria marxista para explicá-las.

Diferentemente de Castells (2013) e Gohn (2014a), Alves (2012) relaciona a origem dos movimentos sociais contemporâneos ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, cuja crise sistêmica se expressa por meio das crises financeira, social (desemprego crescente, precariedade laboral, corrosão do Estado social), política (perda de legitimidade dos partidos burgueses, conservadores-liberais e social-

8 Movimentos de jovens estudantes, de mulheres, de negros, ambientalista, popular de bairro, dentre outros, que traziam para a cena política novos sujeitos identificados por outras razões, diferenciando-se e muitas vezes distanciando-se do movimento operário. (GOHN, 2006).

9 Da teoria dos “Novos Movimentos Sociais”.

democratas ou socialistas) e do pensamento crítico (corroído pelo pós-modernismo e neopositivismo).

[...] os novos movimentos sociais, a princípio, não incorporaram utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer “não” e mover-se contra o *status quo*. Possuem, em sua contingência irremediável de movimento social, um profundo lastro moral do impulso crítico. Como indignados, eles fazem, mas não o sabem (como diria Marx). No plano contingente, efetuam uma crítica radical do capitalismo como modo de vida social. Mas não podemos considerá-los, a rigor, movimentos sociais anticapitalistas. Na verdade, o que predomina entre os manifestantes é um modo de consciência contingente capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-estruturais (o que não significa que não haja os mais diversos espectros de ativistas anticapitalistas). (ALVES, 2012, p. 36).

Segundo Alves, os atuais movimentos sociais expressam-se no campo de formação da consciência coletiva, cuja luta limita-se aos aspectos aparentiais (as lutas por empregos, condições de trabalho ou por uma melhor distribuição da riqueza socialmente produzida via políticas sociais) dos conflitos entre capital e trabalho. Assim, não só a categoria classe social é central para explicar os eventos movimentalísticos atuais, como os conceitos de luta de classes e consciência de classe são fundamentais para compreender as possibilidades e os limites dos embates.

Em Iasi (2011), a consciência de classe para si é condição imprescindível à classe trabalhadora no âmbito da luta de classes, uma vez que a vivência de “[...] relações sociais determinantes, baseadas na propriedade privada capitalista e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene em vez de humanizar” (IASI, 2011, p. 21). A alienação provoca distância e estranhamento do indivíduo não só em relação aos produtos do trabalho, mas também nas relações com a natureza, consigo próprio e com os outros.

A alienação e a identidade formada com base na individualização, interferem no processo de consciência dos sujeitos, eliminando desta consciência o seu caráter social. Por isso, segundo Iasi (2011), as relações no grupo tornam-se fundamentais para o processo de formação de uma consciência de classe. Nesta inserção, os sujeitos têm a possibilidade de romper com a visão de mundo que lhe foi transmitida e interiorizada como sua.

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido de reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça. (IASI, 2011, p. 29).

Ou seja, a inserção em movimentos sociais possibilita o resgate do caráter coletivo do processo de consciência.

A formação da “chamada consciência em si, ou consciência da reivindicação” (IASI, 2011, p. 30), como uma forma de consciência construída nos processos coletivos de lutas imediatas, pode levá-la a metamorfosear-se em “consciência de classe para si”, assim como pode conduzi-la a conformar-se novamente à ordenação social.

Como traço da consciência alienada, a individualização, do ponto de vista do sujeito, é transposta pela sua inserção no grupo, mas, do ponto de vista do movimento social, esta individualização é reforçada quando o objetivo perseguido pelo movimento limita-se às demandas imediatas que levaram à sua formação, levando ao corporativismo.

Entretanto, o limite da consciência em si é também o fator que possibilita sua transposição. Em outras palavras, as reivindicações, quando não contempladas, revelam o caráter ideológico do projeto societário burguês, pela enorme distância entre seus pressupostos igualitários e suas possibilidades de realização.

No atual contexto, a natureza profunda da crise sistêmica do capital conduz não só ao acirramento da contradição gerada pela relação capital-trabalho, mas a generalização dos seus efeitos, possibilitando maior exploração da força de trabalho, dado o número elevado

de desempregados e do contingente de pessoas em situação de miséria, assim como padronizando as medidas anticrise tomadas pelos Estados (cortes nas políticas sociais, aumento da repressão). (NAKATANI; HERRERA, 2010).

Além disso, a crise econômica é necessária, mas não é suficiente para mudar a correlação de forças entre as classes sociais em luta e muito menos para a decadência da hegemonia burguesa construída solidamente, em cada um dos países, através de uma ampla sociedade civil, no sentido gramsciano. (NAKATANI; HERRERA, 2010).

Neste sentido, os limites das lutas reivindicativas e corporativas tornam-se cada vez mais visíveis. O que pode ser fundamental para que os atuais movimentos possam construir um projeto societário anticapitalista.

Em nossa compreensão, os movimentos sociais na sociedade capitalista, ontem e hoje, originam-se dos diversos conflitos decorrentes da relação contraditória entre capital e trabalho. São expressões do amplo processo de luta de classes, articulam e manifestam os interesses da classe trabalhadora e dos capitalistas.

Perfil dos manifestantes

Segundo Castells (2013), na Tunísia, os manifestantes eram majoritariamente jovens com nível superior, desempregados e trabalhadores sindicalizados. Também no Egito, as manifestações foram iniciadas por jovens estudantes universitários (a taxa de desemprego entre os diplomados é dez vezes maior do que entre os menos instruídos) e engrossadas por segmentos da classe pobre urbana e trabalhadores industriais. Na Espanha, os primeiros manifestantes eram jovens estudantes universitários desempregados aos quais, posteriormente, juntaram-se trabalhadores sindicalizados, militantes partidários e idosos. (CASTELLS, 2013).

Sobre as manifestações árabes (Revolução Árabe), Castells (2013) afirma:

Não eram revolucionários islâmicos de esquerda, embora todos aqueles que possuíam projetos para mudar a sociedade

tenham acabado por participar do movimento. Inicialmente tinham uma origem de classe média, embora geralmente de uma classe média empobrecida, e muitos eram mulheres. Mais tarde, juntaram-se a eles pessoas pobres atingidas pela inflação e incapazes de comprar os gêneros alimentícios de cada dia como consequência de políticas de liberalização econômica e da subjugação de seus países aos preços crescentes desses gêneros no mercado mundial. (CASTELLS, 2013, p. 79).

O que nos leva a afirmar que o lugar ocupado pelos manifestantes na divisão social do trabalho continua a ser importante e central.

O perfil dos manifestantes nos EUA, nos movimentos Occupys, confirma essa avaliação. Os manifestantes eram jovens trabalhadores e estudantes, muitos em situação de desemprego ou em empregos precários (temporário, parcial), com curso superior, além de trabalhadores sindicalizados e trabalhadores mais velhos, ideologicamente guiados por uma perspectiva anarquista. (CASTELLS, 2013).

Cálculos preliminares na Rede de Pesquisa Occupy indicam que a ampla maioria das pessoas que atuaram no movimento havia participado de vários movimentos sociais e se envolvera em organizações não governamentais e campanhas políticas. (CASTELLS, 2013, p. 128).

Ainda que desde o início tivesse sido notória a participação de militantes de sindicatos de funcionários públicos, grupos organizados como o Adbusters (revista crítica), AmpedStatus, Anonymous, políticos, intelectuais e organizações de trabalhadores de esquerda, como a New York Local of the Transport Union of America (sindicato), AFL-CIO (união sindical), a análise de Castells (2013) continua a apontar os jovens como principais protagonistas e a espontaneidade como um importante aspecto.

Para Castells (2013) é mais importante saber se o envolvimento nas manifestações decorreu da “própria vontade”, autonomamente, ou se foi influenciado por uma plataforma política partidária institucionalizada. Ao mesmo tempo, a ausência de partidos políticos nos processos de mobilização leva o autor a destacar a espontaneidade na origem dos mesmos, independentemente da orientação ideológica ou do ativismo anterior dos participantes.

Como Castells (2013), Gohn (2014a) privilegia o recorte geracional no perfil dos manifestantes dos movimentos sociais atuais, mas considera a condição econômica um fator importante na análise. Apoiando-se nas análises de Alves (2012) sinaliza o *Precariado* como principal sujeito político no cenário atual.

[...] a nova denominação dada aos cidadãos deste novo século, os filhos de uma sociedade precária onde impera a desigualdade social e econômica, onde há perda de direitos sociais e políticos, exclusão de imigrantes etc. É um novo proletariado, do setor informal, trabalhando em empregos terceirizados, flexibilizados, sem garantias legais. (GOHN, 2014a, p. 16).

Para a autora, alterações no mundo do trabalho produzem mudanças no perfil do sujeito revolucionário e apontam para “um novo proletariado”, concretizado nos jovens rebeldes “excluídos” do processo de produção. (GOHN, 2014a).

Diferentemente, para Alves (2012), mudanças no mundo do trabalho levam a um processo de acirramento cada vez maior da contradição inerente à relação capital-trabalho, ampliando as possibilidades de novos conflitos. Neste sentido, para o autor, “os novos movimentos sociais” “[...] constituem-se de densa e complexa diversidade social, exprimindo a universalização da condição de proletariedade”. (ALVES, 2012, p. 32).

O perfil jovem dos militantes dos movimentos sociais analisados pelo autor em Portugal, Espanha e EUA, não é mais relevante que a posição ocupada pelos mesmos na divisão social do trabalho. Como expropriados dos meios de produção, esses jovens dependem unicamente da venda da sua força de trabalho para assegurar sua sobrevivência.

Alves (2012) sinaliza a necessidade de compreendermos os movimentos sociais atuais como resultantes das transformações ocorridas no mundo do trabalho, a tal ponto que a condição de opressão e exploração vivenciada pelos proletários espalha-se para diversos segmentos sociais. Neste sentido, para este autor, os atuais movimentos sociais no mundo demonstram a atualidade do conceito e o vigor da luta de classes.

Demandas e bandeiras de luta

Segundo Castells (2013), uma peculiaridade dos atuais movimentos sociais globais é a pluralidade de demandas que, em alguns casos, podem ser direcionadas para um objetivo comum como nas Insurreições Árabes, em que a questão democrática tornou-se uma bandeira unificadora. De forma geral, os temas eram variados, abordavam desde problemas nas gestões dos governos (corrupção, dentre outros), modelo de democracia e regime eleitoral, ao desemprego, recursos para educação, papel da religião (por exemplo, do islã) na orientação política do país (Tunísia) e a formulação de uma nova Constituição (Islândia). (CASTELLS, 2013).

Na Espanha, pode-se afirmar que a principal bandeira de luta era o combate à erosão do Welfare State. As reivindicações questionavam o corte de gastos para as políticas de saúde, educação, moradia e emprego.

Nos EUA, havia uma gama extremamente variada de bandeiras de luta: o combate à especulação financeira, a crise de moradia, o controle da moeda, a defesa de direitos sindicais, dentre outras. No Brasil, as demandas, a princípio em torno do transporte, se ampliaram para temas como educação, saúde, melhores condições de vida. (CASTELLS, 2013).

Para Gohn (2014a), apesar dos “novíssimos movimentos sociais” colocarem-se nitidamente contra a concentração de riquezas e a exclusão¹⁰ social e demandarem direitos, a forma como suas demandas (bandeiras de luta) aparecem aproxima-os mais dos movimentos do *Maio de 1968 na década de 1960* e menos dos movimentos *anti ou alterglobalização dos anos 1990 e 2000*.

Enquanto os movimentos do final dos anos 1990 e início de 2000 tinham como principal bandeira de luta contrapor-se ao processo de globalização neoliberal, elegendo as reuniões de cúpula de representantes do chamado G7¹¹ e de organizações multilaterais (FMI, ONU, dentre outras) como foco das manifestações, os movimentos sociais

10 Vide nota de rodapé 5.

11 Grupo dos sete países mais industrializados do mundo: Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Japão, Itália e Canadá.

atuais trazem uma pluralidade de demandas, como os eventos do final dos anos 1960.

Para a autora, “de toda forma, o horizonte dos jovens rebeldes na atualidade situa-se no plano democrático” (GOHN, 2014a, p. 25). Entretanto, diferentemente dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, no Brasil, que apresentavam certa unidade em meio à pluralidade de bandeiras, em que as lutas centravam-se no restabelecimento da democracia e no “direito a ter direitos” (GOHN, 2014b, p. 12), hoje, segundo a autora, os movimentos sociais priorizam suas demandas particulares.

Mais do que um excesso de particularismos, a pluralidade de demandas apresentadas pelos manifestantes em todo o mundo, parece sinalizar, em meio a mais profunda crise capitalista mundial desde 1929, a dificuldade de construção coletiva de uma resposta à crise de caráter amplo, estrutural, tanto pela burguesia quanto pelos trabalhadores e seus operadores políticos nos partidos à direita e à esquerda, respectivamente.

Formas de organização e participação

É interessante a correlação estabelecida por Gohn (2014a) entre os atuais movimentos sociais no mundo e as formas de movimentos sociais de períodos anteriores. Segundo a autora, as formas de organização e participação desses eventos guarda semelhanças com as experiências dos Fóruns, generalizadas nos anos 2000, com suas redes internacionais de intercâmbio de caráter horizontal.

Para Castells (2013), os processos massivos e globais da atualidade têm na internet e nas assembleias locais, uma estrutura capaz de garantir maior autonomia e horizontalidade aos movimentos sociais por constituírem espaços de comunicação livre e autônoma (CASTELLS, 2013). O espaço livre da internet não precisa de um centro identificável de comando, dispensa lideranças formais, diminuindo as possibilidades de aparelhamento dos movimentos sociais por instituições políticas e organizações sociais e o desenvolvimento de práticas de centralismo político.

Segundo Castells “a horizontalidade é a norma e há pouca necessidade de liderança, porque as funções de coordenação podem ser exercidas pela própria rede, mediante a interação entre seus núcleos” (2013, p. 106). Ou seja, as redes possibilitariam o desenvolvimento de ações de coordenação e deliberação, garantindo o caráter horizontal da participação (CASTELLS, 2013). Além disso, a internet reduziria as possibilidades de repressão ao movimento, tanto pela divulgação de vídeos de denúncia destas práticas, quanto pela dificuldade de identificação de lideranças. (CASTELLS, 2013).

Entretanto, a ausência de lideranças não ocorre pela falta de líderes em potencial, mas pela crítica dos participantes a qualquer investidura de poder dentro dos movimentos (CASTELLS, 2013). O funcionamento em rede possibilitaria a horizontalidade interna e externa, estimulando o companheirismo, a cooperação e a solidariedade tanto entre os participantes do movimento quanto com outros movimentos sociais.

Na Tunísia, o autor afirma que não havia liderança formal, mas a organização cotidiana do movimento levava a uma distribuição de tarefas para cuidar da logística, mediar os debates, assegurar o cumprimento das regras coletivas, proteger os manifestantes, garantir a organização interna do movimento (funcionamento) e a participação dos manifestantes.

Na Espanha, o cotidiano do movimento levou os manifestantes a elegerem comissões para organizar os acampamentos, os debates, as atividades e as manifestações. (CASTELLS, 2013).

Não se reconheciam líderes: todos representavam a si mesmos, e as decisões ficavam a cargo da assembleia geral, que se reunia no fim de cada dia, assim como das comissões formadas em torno de cada tema sobre o qual as pessoas desejavam intervir. (CASTELL, 2013, p. 93).

Nos movimentos Ocuppys (EUA) “a característica mais importante era a ausência deliberada de liderança formal” (CASTELLS, 2013, p. 142), o que não significou ausência de funções de liderança, mas estas eram exercidas no local, pela assembleia geral. Havia também coordenações de reuniões, assembleias e atividades.

Esta formatação, segundo o autor, possibilitou ao movimento gerar uma participação pautada pela democracia deliberativa. As decisões eram tomadas em assembleias gerais, com base no consenso. As assembleias eram realizadas no local de ocupação e mediadas por diferentes manifestantes que se alternavam na função de facilitadores. (CASTELLS, 2013).

Entretanto, o próprio autor observa uma tensão entre o desejo do movimento (uma certa idealização) e a prática do mesmo.

[...] as posições de membro e líder de grupos de trabalho estavam abertas a todos, mas na verdade eram ocupadas por aqueles que compareciam regularmente, assumiam responsabilidades e cumpriam suas promessas. Esses papéis acabaram associados a determinados indivíduos que se tornaram pessoas-chaves nos comitês. (CASTELLS, 2013, p. 145).

E, neste sentido, apesar dos movimentos massivos no mundo procurarem garantir uma organização mais horizontalizada e participativa, é forte a tensão entre este desejo e os desafios da prática cotidiana, em que ainda é comum alguns indivíduos se destacarem na organização, mobilização e manutenção do movimento.

Principais estratégias de lutas

Tanto nas manifestações no mundo árabe quanto na Europa e nos Estados Unidos, foi possível notar uma combinação de formas de manifestação mais tradicionais como as passeatas e greves de trabalhadores com manifestações inovadoras como a ocupação, por períodos mais longos, de praças e prédios públicos e os pannelsos.

No Egito, segundo Castells (2013), os trabalhadores industriais usaram uma das formas mais tradicionais de luta, a greve. Segundo o autor, *Relatos indicam que o medo de o movimento se estender para a força de trabalho industrial foi um fator que influenciou os generais do Exército, atentos ao mundo dos negócios, a sacrificar o ditador no altar de seus próprios lucros* (CASTELLS, 2013, p. 62). O que para nós é uma demonstração da força que as manifestações do operariado ainda possuem.

Formas de articulação, comunicação e mobilização social

Segundo Castells (2013), os “movimentos sociais em rede” são ao mesmo tempo locais e globais, pois apesar de se situarem em países específicos,¹² a conexão por meio da internet possibilitou o conhecimento de outras experiências e a interconexão com outros movimentos sociais em todo o mundo. Para o autor, a internet teria assumido nos processos atuais um papel central. A rede seria a principal ferramenta para garantir a autonomia dos movimentos sociais no processo de comunicação, articulação e mobilização social, além da própria forma assumida pelos movimentos.

Também Gohn (2014a) aponta as mobilizações *on line* (*blogs, twitter, facebook*, mensagens nos celulares) como algo próprio aos atuais movimentos sociais massivos. Segundo a autora, esta tem sido a principal forma de comunicação e transformou-se em instrumento de construção e formatação do próprio movimento (registro de ações, difusão das mesmas, articulação de indivíduos e movimentos).

As mídias digitais devem ser compreendidas como potencializadoras da capacidade de comunicação e mobilização dos movimentos sociais, de produção de conteúdo informativo fora do circuito das grandes empresas de comunicação, mas não podem ser tomadas como o próprio movimento, ou como sua única forma de expansão. O debate nas redes digitais envolve, em geral, indivíduos e grupos sensíveis e mobilizados pelo tema, e curtir ou dar um *like* em textos, fotos ou eventos, pode não significar um compromisso com as tarefas do movimento, a presença nas reuniões e nas manifestações.

Conclusão

A origem dos movimentos sociais massivos na atualidade, em diferentes países, deveu-se primariamente às condições objetivas decorrentes de uma crise estrutural do sistema capitalista, cujas principais respostas da burguesia foram a financeirização, a reestruturação produtiva, a flexi-

12 É importante destacar que para Castells *a revolução da internet não nega o caráter territorial das revoluções ao longo da história. Em vez disso, ela o estende do espaço dos lugares para o espaço dos fluxos.* (2013, p. 52).

bilização e redução de direitos sociais e trabalhistas, resultando em desemprego e aumento da pobreza, sobretudo entre os jovens.

A forma como os movimentos sociais organizaram suas demandas imediatas decorreram da diversidade dessas condições no plano geográfico. Nos países capitalistas centrais, onde a experiência do Welfare State assegurou direitos sociais e trabalhistas, a principal novidade do atual cenário, de acordo com Alves (2012 nas referências), tem sido recessão e baixo crescimento com altos índices de desemprego e pobreza, introduzindo características próprias de economias dependentes.

Na periferia do capitalismo, os ajustes neoliberais agudizam a histórica desigualdade social decorrente, sobretudo, da inserção dependente na economia mundial, marcada pela superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000), ampliando e aprofundando a informalidade e precarização do trabalho que as caracteriza. (ANTUNES, 2015).

Combinada a outras formas de opressão históricas, a desigualdade social, em todo o mundo, manifesta-se de modo mais exacerbado em alguns grupos sociais, como imigrantes, jovens, mulheres e negros, ampliando as possibilidades de emergência de novos conflitos sociais. O curso que estes conflitos e suas expressões tomarão, se anticapitalista ou não, dependerá da capacidade de organização e de aglutinação da pluralidade de interesses da classe trabalhadora manifesta no interior da luta de classes.

**Submetido em 5 de julho de 2016 e aceito para
publicação em 13 de outubro 2016**

Referências

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 31-38.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. In: _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 243-268.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação: Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 7-14.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014a. Coleção questões da nossa época, v. 47.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014b.

HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro, 1932-1997. Dialética da dependência. In: _____. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marin.; Organização e apresentação de Emir Sader. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 105-165.

NAKATANI, Paulo; Herrera, Rémy. **Crise financeira ou... de superprodução?** Disponível em: <<http://www.odiario.info/?p=2010>>. Acesso em: 27/10/2015.